

cpi



# Por baixo dos panos

Estuda-se como abafar o escândalo que sai dos registros da *CPI da evasão de divisas*

Raimundo Rodrigues **Pereira**

**1.** Políticos e editorialistas conservadores têm atacado a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a evasão de divisas do país dizendo que ela está perseguindo gente a torto e a direito, sem direção. Alguns, como o senador Tasso Jereissati, atacam de outra forma, dizendo o oposto: que ela tem, sim, um rumo - que é o de ser um instrumento a serviço de uma política de perseguições governistas. O senador do PSDB cearense disse neste mês de agosto que “ninguém duvida” que, “sob o comando do Zé Dirceu”, o ministro da Casa Civil, “a CPI do Banestado montou um banco de dados sobre empresários, passando dos limites legais”.

REPORTAGEM passou meses investigando a “CPI da evasão de divisas”, que é o nome oficial daquilo que o senador Jereissati chama, como quase toda a imprensa, de “CPI do Banestado”. O senador não tem razão, no essencial. De fato, o ministro José Dirceu não era favorável à CPI, cuja iniciativa foi do PSDB, e cujo presidente é o senador desse partido, Antero Paes de Barros (PSDB-MT). É verdade que o chefe da Casa Civil orientou o relator da CPI, o deputado José Mentor (PT-SP), para

não deixar que a investigação se voltasse contra integrantes e amigos do governo Lula. E é verdade também que uma disputa política sem grande profundidade fez com que ela se dividisse num confronto de investigações: de um lado as que utilizam as quebras de sigilo e as informações telefônicas, fiscais e bancárias levantadas para atacar integrantes do governo e seus aliados; e de outro, as que, com dados extraídos dos mesmos bancos de dados, procuram atingir os desafetos do governo Lula e que há pouco deixaram o poder.

Na medida em que o problema da evasão de divisas se personaliza, fica de fora o fundamental. Como REPORTAGEM argumenta no artigo publicado há dois meses sobre a CPI, o grande problema da evasão de divisas do Brasil é o fato de hoje, no país, ser livre o envio de dólares para o exterior por parte das pessoas mais ricas que têm acesso às contas chamadas de CC5, ou como quer o atual diretor da Área Externa do Banco Central, Alexandre Schwartmann, ao mecanismo das *TIRs* - *Transferências Internacionais de Reais* (veja nosso Ponto de Vista, à página 6).

As CC5 são contas que deveriam, segundo a legislação que as criou,

décadas atrás, servirem para devolver ao exterior dólares que tivessem chegado ao Brasil acompanhando *não-residentes* - pessoas e empresa de fora que tivessem chegado ao país com moeda estrangeira e que deveriam ter, obviamente, o direito de remeter esse dinheiro de volta para seus países de residência, independentemente de autorização oficial. No entanto, as chamadas CC5 foram transformadas em instrumentos livres para conversão de reais em moeda estrangeira, através da intervenção - por meio de portarias, normas e circulares de diretores do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional dos governos Collor e Fernando Henrique. Essas regras foram mantidas e reforçadas no governo Lula, cujas autoridades monetárias têm exatamente a mesma compreensão da questão cambial que a dos governos passados.

Como não investiga e toma partido em relação a isso - o processo de manipulação da legislação cambial brasileira através de normas e portarias infra-legais - como consta de ampla denúncia formulada pela procuradoria geral da República - a CPI está investigando, ao gosto de cada uma de suas facções, o rol de re-

messas de divisas de aparência suspeita que resultou da abertura das contas CC5. A lista envolve algumas dezenas de milhares de pessoas, até o momento. Entre os casos suspeitos, estão dezenas de nomes poderosos. E então a grita contra a CPI é ainda maior.

O deputado José Mentor é um petista disciplinado e com certeza trabalha em sintonia com o chefe da Casa Civil José Dirceu. Mas o senador Tasso Jereissati não tem razão quando diz que ele trabalha para formar ilegalmente um banco de dados contra os empresários. Tasso é desafeto do ministro José Dirceu. E parece estar tentando indispor o grande empresariado contra o setor do governo Lula com o qual não vê possibilidade de acordo político. De fato, a postura do PT na CPI é defensiva. Recentemente, José Mentor divulgou o montante enviado ao exterior por grandes banqueiros. Mas fez isso depois de praticamente uma semana inteira de ataques contra ele por uma suposta falta de critério na investigação. E depois que um dos atingidos com a quebra do sigilo, o banqueiro Roberto Setúbal, principal herdeiro do Banco Itau, ameaçou entrar na justiça contra a comissão. Na ocasião, o deputado Mentor disse em demorada entrevista à imprensa que desafiava qualquer um a provar que tenha havido pelo menos uma quebra de sigilo sem motivo. E o motivo pelo qual ele divulgou as remessas dos banqueiros era simples: juntos, duas dúzias deles, tinham enviado para o exterior, a título pessoal, 1,7 bilhão de reais. Setúbal não era o que tinha enviado mais. Um dos irmãos Safra, do *Banco Safra*, era o campeão, com o envio de cerca de R\$ 1,0 bilhão.

**2.** A CPI foi instalada em junho do ano passado e seu prazo para conclusão é o final do ano. O Ministério Público e a Polícia Federal já investigam o problema formalmente desde abril de 1997. Naquela ocasião o Banco Central enviou ao MP os registros que mostravam indícios de fraude nas remessas de dinheiro ao exterior através de cinco bancos, entre os quais o Banestado, com autorizações para manter contas CC5 especiais na região de Foz do Iguaçu. Em maio de 1998, através da revista *CartaCapital*, o procurador Celso Três, encarregado do inquérito, denunciou o que lhe parecia “a maior lavagem de dinheiro do mundo”: falou de R\$ 30 bilhões que teriam desaparecido através de “117 empresas e 11 figurões”. Essas investigações deram um salto em fins de 2001 e começo de 2002 quando os americanos, interessados em perseguir eventuais terroristas árabes da região de Foz do Iguaçu, começaram a passar para os investigadores brasileiros arquivos bancários relativos à empresa Beacon Hill. Essa empresa abrigava contas de doleiros sul-americanos e recebia, através de uma conta no Chase Manhattan Bank, de Nova Iorque, dólares vindos de Foz do Iguaçu, particularmente do Banestado.

O começo do governo Lula, que criou a expectativa de grandes mudanças no país, parece ter motivado a PF e o MP a aprofundarem a investigação dessas contas. Em fevereiro de 2003, Cláudia Chagas, nova secretária nacional de Justiça, foi aos EUA e negociou mais apoio americano às investigações. E uma delegação da Polícia Federal, tendo à frente o delegado José Francisco Castilho Neto, que se destacara nas investigações anteriores, passou mais de dois meses nos EUA em busca de informações. Aparentemente, foi a apresentação do relatório dessas

novas buscas, concluído pelo perito Renato Rodrigues Barbosa em 11 de abril, que promoveu um acirramento da disputa política em torno das investigações. O relatório apontava nomes bastante conhecidos no PFL e no PSDB: citava *Jorge Konder Bornhausen, S. Motta, José Goldenberg, José Serra, Wigberto Tartuce, Ricardo Sérgio de Oliveira*. Descrevia um *Esquema Maluf*, por onde teria saído dinheiro ilícito do ex-prefeito e ex-governador de São Paulo. Falava de uma *Conta Tucano*, através da qual teriam sido movimentados 176,8 milhões de dólares – chegando ao detalhe de cerca de US 18 mil que teriam sido pagos à apresentadora do programa de tevê de José Serra na campanha de 2002, Valéria Monteiro. O documento circulou nos gabinetes de Brasília e de outros Estados, aparentemente por deliberação do delegado Castilho Neto, que temia um abafamento dos inquéritos e tinha a ilusão de que eles permitiriam realizar uma limpeza política no país.

A essa altura, no entanto, o governo Lula já tinha se distanciado claramente da idéia de alterar o sistema de remessas para o exterior por essas contas. Na campanha, em debates com o setor financeiro, seu então assessor de economia, Guido Mantega, já havia dito que o governo não mexeria nas CC5. Já no final de 2002, o governo do PT recém-eleito elegera como principal tarefa política para o primeiro semestre de 2003 a aprovação da Reforma da Previdência, que os banqueiros viam como uma forma indispensável de conter o déficit público e assegurar a estabilidade econômica do país. Para isso, o governo precisava de apoio da grande maioria do Congresso, inclusive dos partidos de pefelistas, peessedebistas e malufistas. Abrir uma frente de combate com destacados líderes desses partidos conservadores, como parecia sugerir o relatório Barbosa, não estava nos planos do governo. Quando senadores petistas liderados por Ideli Salvati (PT-SC) começaram a coletar assinaturas para uma CPI sobre o assunto, o líder do governo no Senado, Aloysio Mercadante foi contra: “A CC5 é

Pesquisa ODI



*Mentor, à esquerda, e Paes de Barros: o desafio para que se prove que algum sigilo bancário foi rompido sem critério*

uma conta que existe desde 1992. O Brasil tem liberdade de movimentação de capitais. Não podemos simplesmente criminalizar as remessas de forma irresponsável. Temos de identificar quais são os ilícitos”.

Na PF, Castilho Neto acabou sendo afastado das investigações, pelo novo diretor geral, Paulo Lacerda.

E no Banco Central houve um recuo maior ainda. Na sua direção estava Henrique Meirelles, antigo chefe da operação financeira do BankBoston internacional, um dos bancos que mais tinha sido acusado de manipular as contas cambiais do país na CPI dos bancos de 1999. Com Meirelles, os poucos controles que o banco mantinha nesse setor foram ainda mais reduzidos. O controle do capital estrangeiro no banco ficava, há décadas, a cargo do Firce – Fiscalização e Registro dos Capitais Estrangeiros. Meirelles acabou com a autonomia do Firce, praticamente submetendo-o ao Decam – Departamento de Câmbio. Foi criado o Departamento de Capital Estrangeiro e de Câmbio, sob a chefia de José Maria Carvalho que até então era o dirigente do Decam. Carvalho foi justamente quem preparou, em 1996, junto com Gustavo Franco, então diretor da Área Externa do BC, a circular que criou as autorizações para contas CC5 especiais de Foz do Iguaçu.

**3.** Com a CPI na defensiva, começaram os ataques também às investigações do Ministério Público, da Receita e da Polícia Federal. O principal argumento contra essas investigações é o de que elas atingem direitos fundamentais da pessoa humana e só podem ser feitas com apoio judicial. No início de setembro, em ato no STF, o presidente do tribunal, Nelson Jobim, disse que o texto da Constituição não permite, sem ordem judicial, que o Ministério Público tenha acesso a dados protegidos por sigilo bancário. Para Jobim, só uma emenda constitucional poderia mudar essa situação, o que seria “uma coisa extremamente difícil”, tanto no aspecto jurídico quanto no político. Jobim diz que o sigilo bancário é parte do direito à intimidade,

que faz parte do artigo 5º da Constituição, como um dos direitos fundamentais do cidadão. A única exceção prevista, disse ele, são as comissões parlamentares de inquérito, que têm poderes de juiz. Os direitos do artigo 5º estariam entre as “cláusulas pétreas”, normas que só podem ser modificadas por nova Assembléia Constituinte, disse Jobim.

É uma opinião oposta à do procurador-geral da República, Cláudio Fontelles. Fontelles diz que os sigilos bancário e fiscal não podem em nenhuma hipótese serem elevados à categoria de direitos à intimidade. A própria jurisprudência do STF admite a possibilidade de procuradores e promotores terem acesso direto a dados bancários se a investigação envolver interesse público. Desde 2001, a Receita está autorizada a acessar dados bancários de suspeitos de sonegação fiscal. Em meados do ano passado, os juízes federais, através da Associação Brasileira dos Juízes Federais (Abrajufe), propuseram ao Senado a aprovação de um mecanismo de bloqueio administrativo a ser executado pelo Banco Central para contas suspeitas, para impedir que o dinheiro saia do país. Depois que o dinheiro sai, é quase impossível fazê-lo voltar, dizem os juízes. 70% das rogatórias brasileiras não são atendidas no exterior. Os US\$ 3,8 milhões do juiz Nicolau dos Santos Neto estão em Genebra até hoje, disseram, como exemplo. Na ocasião, a Câmara já tinha aprovado projeto de lei que cria o cadastro único das contas correntes, com nome e endereço de titulares e procuradores, para facilitar a investigação. E a Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (Encla), associação de 60 autoridades e técnicos de 22 órgãos do governo brasileiro, já aprovou pedido de flexibilização da lei do sigilo bancário e fiscal e recomendou a votação em



Barbosa e Castilho Neto: o relatório de abril de 2003 que acirrou a disputa política na CPI

regime de urgência do projeto que cria o bloqueio administrativo.

O Ministério da Fazenda não parece ter grande disposição para investigar. Entre janeiro e agosto deste ano, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão vinculado ao ministério, recebeu 53.153 pedidos de informação para investigar operações acima de R\$ 100 mil realizadas no mercado, quase tantas quanto todas as 57.601 que foram recebidas da criação do órgão, em 1998, até o final do ano passado. O Coaf analisa os pedidos e, se seus técnicos consideram que há indícios de irregularidade, comunica aos órgãos competentes para investigar. A porcentagem de pedidos que passam do Coaf é muito pequena: de 1998 a 2003 o órgão só encaminhou 178 investigações; nos sete meses deste ano até agosto, foram encaminhados 329 casos. Comparando a fiscalização no Brasil com a de órgãos semelhantes em outros países: no ano passado, o órgão correspondente ao Coaf nos EUA recebeu 14,5 milhões de comunicados – em proporção, 300 vezes mais que no Brasil. Depois de instalada, a CPI abriu o sigilo de todas as contas CC5 do país, cerca de 5 mil, para o período de 1996 a 2002. Do exame das contas examinadas antes, na fase das CC5 de Foz do Iguaçu, o ministério Público encaminhou a Receita indícios de sonegação que projetavam multas de mais de 200 bilhões de reais, a maioria para bancos. Não é a toa que haja um interesse tão grande em abafar esses registros. ■



# Cinco anos de REPORTAGEM

## A importância de um jornalismo verdadeiramente alternativo, verdadeiramente popular

REPORTAGEM, que nesta edição completa cinco anos, é um esforço para construir um jornalismo alternativo popular. O que isso significa?

**1.** O que é o jornalismo, em primeiro lugar? Jornalismo é um tipo de trabalho intelectual. É, digamos, uma linha de frente do trabalho intelectual. Vem de *jour*, dia. O jornalismo é uma criação histórica, atende a uma necessidade social. Há cerca de duzentos anos existe a necessidade e a possibilidade social de se ter uma primeira notícia organizada dos acontecimentos mais relevantes, todos os dias. E isso deve ser feito da forma mais objetiva possível. O que isso quer dizer? Digamos que há duas formas de ver o mundo. Uma é a *fundamentalista*: a verdade está no livro sagrado; tudo o mais decorre. Como dizia o grande censor que tocou fogo em todos os outros livros menos **no** livro que continha a *verdade suprema*: ou eles eram decorrência do livro divino e, portanto, inúteis; ou divergiam do livro divino e eram, portanto, heréticos e também mereciam ser destruídos. Outra forma de ver o mundo é a do *bom jornalista*. A realidade é maior que as teorias sobre o mundo: então, é preciso estar atento à realidade, às novidades, às manifestações da realidade objetiva. Para manter em revisão constante as idéias que temos sobre o mundo. A verdade não é algo que estava pronto no início do mundo

e veio se desdobrando de lá para cá, pelo tempo imemorial. O mundo e sua representação, como nos ensina a física relativística, está aqui e agora – presente e passado, em busca permanente de reinterpretação. O jornalismo é assim um primeiro combate em busca do novo. Nos ajuda a pensar direito, para que possamos confrontar nossas idéias com a realidade; para que possamos construir a verdade a partir dos fatos de hoje, do dia-a-dia.

**2.** O que é o *jornalismo alternativo*? A chamada *imprensa alternativa* no Brasil teve grande destaque nos anos 1964-1984, o período da ditadura militar, com jornais como *Opinião*, *Movimento*, *O Pasquim*. Hoje, REPORTAGEM e *Caros Amigos* são vistas como parte da *imprensa alternativa*. O debate sobre o *jornalismo alternativo* tem uma vasta literatura no Brasil recente. É um debate que frequentemente emperra, porque se restringe a aspectos formais. A circulação, por exemplo: *Veja* é *jornalismo* porque tem tiragem de 1 milhão de exemplares e REPORTAGEM, é *jornalismo alternativo* porque tem uma tiragem de 10.000 exemplares. Nesse sentido se poderia chegar ao absurdo de dizer também que *The Economist*, que é talvez a revista semanal mais influente do mundo, seria também *jornalismo alternativo* porque, no Brasil, não tem uma circulação maior que a nossa.

É claro que a questão não é essa. O jornalismo chamado alternativo é alternativo não à forma da imprensa das grandes empresas, mas ao seu conteúdo. A forma do jornalismo alternativo pode ser diferente da forma do jornalismo comercial, mas basicamente a imprensa alternativa que nos interessa analisar é a que tem um conteúdo diferente, uma posição social – cultural, econômica e política – diferente da que têm o jornalismo das grandes empresas. A questão não é ter ou não posição. Nenhum jornalismo cai do céu, feito pelos anjos, de forma neutra, sem defender interesses. Todo jornalismo tem uma posição, um *partido*. Todo observador tem uma posição, todo jornalista parte de um ponto de vista inicial. Um jornalista está acompanhando uma marcha de Sem Terra. De repente surge uma centena de PMs que começam a atirar bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha para deter a marcha. O jornalista está em determinada posição, corre de certa forma para se proteger e para continuar observando os acontecimentos. Obrigatoriamente ele vê, como todo mundo, apenas parte do acontecimento. A rigor, se a matéria depender apenas de seu relato, ele deveria, além de descrever o que viu, dizer onde estava, que roteiro percorreu. E não é só isso. O repórter é a figura central do jornalismo e sua tarefa é a busca do novo. Mas tem o editor, aquele que manda o re-

pórter observar e depois edita, reescreve. Mais ainda: os jornais têm dono; é o dono que escolhe o editor; e ele não faz isso de modo aleatório, não escolhe como editor alguém que se dispõe a editar o jornal de um ponto de vista oposto ao seu. Com o jornal de um partido ou com o jornal de uma empresa é o mesmo. O jornal partidário parte do ponto de vista do partido do mesmo modo como o jornal da empresa parte do interesse da empresa. E tem limitações e vantagens decorrentes desse ponto de vista, assim como o jornal da empresa.

monopólios perceberam que poderiam ganhar dinheiro explorando a sub-cultura das grandes massas. Daí surgiu a imprensa dos grandes escândalos, dos crimes, das manchetes sempre sensacionais, em letras garrafais, que simulam a existência diária de grandes novidades e que, no fundo, serve para ganhar dinheiro e manter o povo com um grau de conhecimento do mundo sempre relativamente inferior ao que ele próprio desenvolve na sua vida cotidiana. Os jornais comerciais como o *Times* de Londres que, na época, vendiam cerca de 30 mil exemplares diários foram substituídos por

quebrar essa divisão entre vanguarda e massa e em levar o conhecimento dos fatos mais relevantes a um público mais amplo – nesse sentido, *verdadeiramente popular*. REPORTAGEM se situa entre os esforços para construir esse tipo de imprensa. Pode parecer absurda a pretensão, tendo em vista a pequena tiragem da revista. De fato, nos dias de hoje, há uma contradição: o que tem ampla aceitação popular – programas como os do *Faustão*, do *Gugu*, *Ratinho*, por exemplo – frequentemente não têm conteúdo popular. E o que tem um conteúdo popu-



**3.** Os jornais alternativos brasileiros da época da ditadura foram, de um modo geral, jornais de combate à ditadura militar e ao modelo de desenvolvimento implantado no país pelos militares. Hoje, jornais de combate à ditadura militar seriam inúteis porque não há mais ditadura militar. Vivemos num regime democrático; é um regime democrático de um certo tipo, com certeza – com liberdades sociais efetivamente amplas para uma minoria e com liberdades sociais apenas potencialmente amplas para uma grande maioria de pobres e marginalizados. Mas, de qualquer modo, é um regime de liberdades políticas formais como raramente se teve na história brasileira. A *imprensa alternativa de hoje* se define como uma alternativa de conteúdo à imprensa dos monopólios de comunicação, que são peças essenciais de um modelo de desenvolvimento hoje disseminado pelo mundo e que privilegia o dinheiro acima de todos os outros interesses. “Você nunca perde dinheiro quando subestima o nível de consciência do povo”, dizia William Randolph Hearst, o que pode ser chamado de o pai da *imprensa popular dos monopólios*, criada no final do século 19. Hearst foi imortalizado por Orson Welles, em *O Cidadão Kane*. Ao contrário dos primeiros empresários da imprensa, como os do *The Economist*, que achavam que jornalismo é um esforço para o conhecimento e um movimento em defesa da inteligência, os empresários da imprensa dos

esses jornais *populares* escandalosos que em poucos anos estavam vendendo 1 milhão de exemplares diários.

Hoje, a imprensa parece dividida em duas, feitas para dois públicos diferentes: para a elite culta e para o povo. No caso das revistas semanais de informação, que são em princípio um passo adiante no esforço de aprofundar o significado da informação acumulada ao longo de uma semana e lhe dar maior profundidade, por exemplo, a revista da elite culta é o *The Economist*, com uma circulação global de cerca de 800 mil exemplares, de alta qualidade, repórteres pelo mundo inteiro cobrindo assuntos de enorme relevância, de um ponto de vista conservador, mas com enormes recursos e profundidade. Para o povo – no caso, a classe média, porque o povo mais pobre mesmo nem jornal mais compra – as revistas são o *Time* magazine, para um público global, com cerca de 10 milhões de exemplares de circulação e a *Veja*, para a classe média brasileira, com cerca de 1 milhão de exemplares de circulação. O *Time*, de 1923, é a cópia piorada do *Economist*, de 1843. A *Veja*, de 1968, é a cópia piorada do *Time*. Com isso, a qualidade da informação do povo vai se reduzindo e, conseqüentemente, as possibilidades de um sistema democrático mais avançado, são menores.

É nesse contexto que é necessário uma imprensa verdadeiramente alternativa à imprensa dos monopólios, preocupada em

lar, não alcança as camadas populares. Para compreender melhor como esse problema se resolve é preciso uma discussão maior. É preciso ver que o que é verdadeiramente novo e importante frequentemente é também estranho e não é reconhecido. A humanidade levou milênios para aceitar que a Terra era redonda e que não era o centro do mundo. Quando essa notícia surgiu, há mais ou menos 500 anos, a primeira atitude dos poderosos do momento foi censurá-la. Com o tempo, no entanto, ela se afirmou. É preciso ver também que dificilmente haverá uma imprensa de elevado conteúdo cultural e ampla circulação num sistema social como o brasileiro, onde há dezenas de milhões de miseráveis que mal têm acesso à comida e dezenas de milhões de pobres que não têm dinheiro para gastar com uma informação de maior qualidade nem tempo de sobra para elevar seu nível de estudo e informação. E, por último, deve-se dizer que, a despeito de todos esses obstáculos à existência de uma imprensa verdadeiramente popular de ampla circulação, e em condições piores ainda – como as da ditadura militar recente no Brasil – existiram jornais como *Opinião* e *Movimento*, que, a despeito de circulação relativamente restrita, estão inscritos no quadro de honra da imprensa do país. REPORTAGEM faz cinco anos pretendendo seguir essa tradição e ampliar as suas conquistas. [RRP] ■